



Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Procuradoria Geral de Justiça

**ATA DE REUNIÃO ALTA FLORESTA - 21/05/2013**

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de maio de dois mil e treze, às 9h, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Alta Floresta, reuniram-se, representando o Ministério Público do Estado de Mato Grosso o Promotor de Justiça Luciano Martins da Silva; representando o Município de Alta Floresta, seu Prefeito, Dr. Asiel Bezerra de Araújo; representando o Município de Paranaíta, seu Secretário de Administração, Sr. Osmar Antônio Moreira; Secretaria de Segurança Pública representada pela Sra Maria do Carmo de Roma, Tenente Coronel; o Sr. João Rainho Júnior, Tenente Coronel do COBOM; representando a Companhia Hidrelétrica Teles Pires o Sr. Marcos Azevedo Duarte, Diretor de Meio Ambiente; A Procuradora Jurídica dos Municípios de Paranaíta e Alta Floresta, Dra. Nelma Bethânia Nascimento Sicuto; Dr. Luiz Fernando Henry Sant'anna, OAB/SP n. 91805, advogado da CHTP, o Dr. Daniel Ribeiro do Valle, OAB/SP 249948, advogado da CHTP; Dr. Antônio Humberto de Oliveira, consultor da CHTP; o Vice-Prefeito do Município de Alta Floresta, Sr. Ângelo de Campos Tavares; o Sr. Waldiney Drujillo, Secretário Municipal de Cidade de Alta Floresta; Alysson Cassio Miranda, Gerente de Socioeconomia da CHTP; Os membros da provável nova consultoria para assuntos referentes ao P.36 da UHE Teles Pires Professor Sidney da Silva Chaves; Professor Adenilson Sampaio, Professora Nágila Nerval Chaves; O Promotor Luciano Martins da Silva abriu a reunião cumprimentando a todos os presentes consignando que a reunião objetivará, em primeiro lugar, a continuidade do trabalho em andamento que tem relação com as proposições a serem implementadas na área da segurança pública, lembrando do trabalho iniciado na reunião do dia 19/10/2012 sobre os impactos da UHE Teles Pires na área da segurança pública em Alta Floresta e Paranaíta, e que a fase é de análise das proposituras apresentadas pela Secretaria de Segurança Pública. Consignou que a reunião também objetiva a continuidade do trabalho que vem sendo desenvolvido pelos grupos de trabalho para enfrentamento dos impactos negativos eventualmente gerados pelo UHE Teles Pires, sendo que a fase é de análise das proposituras apresentadas pelo grupo. Acerca da segurança pública, o Promotor de Justiça informou que na reunião anterior ficou ajustada a elaboração de uma lista de prioridades, questionando os representantes da CHTP se o assunto foi analisado, se há proposta ou contraproposta; Com a palavra, o Sr. Marcos consignou que foram realizados estudos e que foi possível constatar que a obra não está impactando e que a CHTP está aberta para negociação porém, que a Usina não é responsável pela demanda reprimida; Consignou que os municípios estão utilizando os dados constantes no EIA/RIMA e que estas informações não condizem com o que atualmente está sendo utilizado na obra; Ainda, o Sr. Marcos enfatizou que o pico de obra não vai ultrapassar 5 mil / 5 mil e





Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Procuradoria Geral de Justiça

quinhentos homens e que está presente na reunião para discutir onde realmente está o impacto da obra, ou seja, que há dados e fatos que não conferem com as proposituras apresentadas, tanto com relação à segurança pública e também com relação aos municípios de Alta Floresta e Paranaíta e se propõe a apresentar justificativas técnicas com relação aos estudos; Na sequência, o Dr. Luciano solicitou aos representantes da CHTP uma proposta; Com a palavra, o Dr. Luiz Fernando reiterou o posicionamento de discordância quanto as deliberações anteriores do grupo de trabalho por maioria por falta de previsão legal e contratual; Que a CHTP discorda das conclusões dos estudos da consultoria técnica e propõe reunião entre as consultorias técnicas para apresentação dos esclarecimentos detalhados; Após, o Promotor de Justiça esclareceu que da parte do Ministério Público Estadual que os trabalhos que vem sendo desenvolvidos em parceria pelos municípios, CHTP e Ministério Público são, na verdade, complementares servindo para suprir falha dos estudos ambientais produzidos pela CHTP e o Ministério Público não se opõe ao que foi sugerido pela CHTP, no que tange a uma nova reunião para tratar especificamente dos assuntos, entendendo, no entanto, que tal providência é meramente protelatória e não trará resultados positivos razão pela qual registrou que o Ministério Público não vai abrir mão de buscar todos os recursos possíveis para obrigar a CHTP a cumprir suas deveres, inclusive, levando o fato ao conhecimento do Ministério de Meio Ambiente, do Ministério de Minas e Energia, CONAMA, IBAMA, BNDES, Tribunal de Contas da União e ajuizamento de ações judiciais que se fizerem necessárias; a Dra Nelma consignou que a nova consultoria está presente nesta reunião e que a nova consultoria estará presente 24 horas nos dois municípios e consignou que a reunião técnica sugerida pela CHTP poderá ser até mesmo agendada no dia de hoje para que não ocorra perda de tempo, esclareceu, inclusive, que a CHTP já recebeu a minuta de contrato e os currículos; A CHTP deverá encaminhar seus comentários consolidados sobre a minuta de contrato da consultoria até o dia 24 deste mês de maio; Restou acordado que a contratação da nova consultoria será finalizada até o dia 03 de junho(segunda-feira); Com a palavra, a Dra Nelma requereu ao representante da CHTP, formalmente, cópia do último relatório (IPED) encaminhado ao IBAMA; O Dr. Luiz Fernando requereu o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para manifestação quanto ao pedido; Restou acordado que, imediatamente, a partir da contratação, as consultorias do municípios e da CHTP iniciarão um trabalho de interação onde haverá elaboração de relatório conclusivo sobre as proposituras apresentadas até o momento, inclusive na área de segurança pública; O Promotor de Justiça consignou que não há oposição do Ministério Público ao encaminhamento dos trabalhos de interação entre as consultorias, porém ressalta que as proposições produzidas até o momento são perfeitamente válidas e tem respaldo técnico sendo que são resultado de discussões e avaliações levadas a cabo pelos grupos de trabalho com auxílio da consultoria, sendo

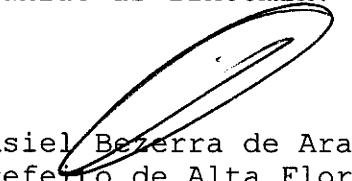
R

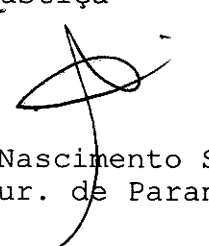


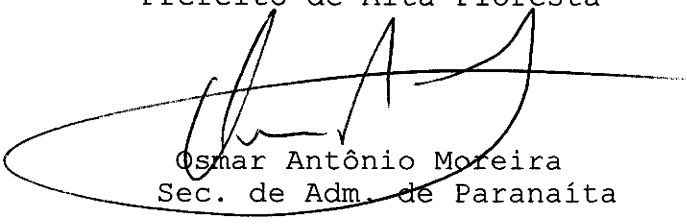
Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Procuradoria Geral de Justiça


que a CHTP deliberada e voluntariamente se absteve de participar das reuniões dos grupo de trabalho, mesmo formalmente convidada, perdendo, portanto, a oportunidade de questionar o resultado do trabalho desenvolvido. A Tenente Coronel Maria do Carmo de Roma enfatizou o aumento da criminalidade envolvendo funcionários da Usina, consignando que a nível de segurança pública não há condições de atender a Usina com 30 (trinta) policiais, até mesmo porque é a quantidade de policiais para atender a cidade de Alta Floresta; E que os trabalhos estão sendo realizados com o que há disponível pois não foram entregues à Instituição Polícia Militar através do Comando Regional 9 - Alta Floresta nada até o momento; Com a palavra o Dr. Luiz Fernando discorda do entendimento da Tenente Coronel, esclarecendo que já houve investimentos nas áreas de saúde, educação, segurança infra-estrutura e institucional envolvendo gasto superior a 10 milhões e que os investimentos foram realizados, consignando que há um forte entendimento de que houve suficiente investimento para atender o P. 36; O Dr. Luiz Fernando registrou que ficou acordado que a Secretaria Segurança Pública elaboraria a lista e encaminharia à CHTP; Restou consignado que no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, as consultorias apresentarão relatórios do que foi apurado nas reuniões técnicas; O Sr. Marcos consignou que está negociando com o BNDES recursos para investimento social, sendo que o valor é desconhecido; Nada mais, encerrou-se a reunião às 11h08min.

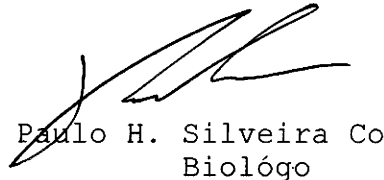
  
Luciano Martins da Silva  
Promotor de Justiça

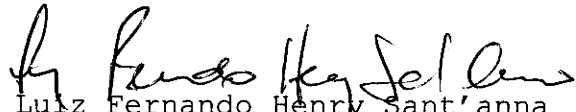
  
Asiel Bezerra de Araújo  
Prefeito de Alta Floresta


  
Nelma Betânia Nascimento Sicuto  
Procuradora Jur. de Paranaíta

  
Osmar Antônio Moreira  
Sec. de Adm. de Paranaíta


  
Daniel Ribeiro do Valle  
Advogado da CHTP

  
Paulo H. Silveira Correia  
Biólogo

  
Luiz Fernando Henry Sant'anna  
Advogado da CHTP

  
Angélio de Campos Tavares  
Vice-Prefeito de Alta Floresta







Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Procuradoria Geral de Justiça

Marcos Azevedo Duarte  
Diretor de Meio Ambiente (CHTP)

Maria do Carmo de Roma  
Tenente Coronel

Náçila Neryal Chaves  
Membro consultoria

Alysso Cassio Miranda  
Gerente de Socioeconomia da CHTP

Sidney da Silva Chaves  
membro consultoria

João Rainho Júnior  
Tenente Coronel do COBOM

Adenilson Sampaio  
membro consultoria